

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde

Curso de Psicologia

Núcleo 3.3 - A Psicologia nas Políticas Públicas: referências e práticas

Núcleo 3.3 - A Psicologia nas Políticas Públicas: referências e práticas

Departamentos envolvidos:

Psicologia Social e Métodos e Técnicas em Psicologia

COORDENADORA: Maria da Graça Marchina Gonçalves

PROFESSORES:

Ana Mercês Bahia Bock

Edna M. Peters Kahhale

Elisa Zaneratto Rosa

José Agnaldo Gomes

Marilda Pierro de Oliveira Ribeiro

Renata Paparelli

ÊNFASE: Psicologia e Políticas Públicas

Justificativa:

A proposta do núcleo decorre de uma avaliação da importância que o campo das políticas públicas representa hoje. O Brasil viveu nos primeiros 15 anos dos anos 2000 um período de avanço na implementação de políticas públicas sociais, em que se consolidou a perspectiva de sistemas com estruturas gerais capazes de, com o devido investimento de recursos e intervenções amplas e coerentes com princípios preconizados na Constituição de 1988, garantirem o atendimento de direitos sociais. Esse processo, juntamente com a possibilidade de se disputar e começar a realizar um projeto social de enfrentamento de questões históricas e estruturais da sociedade brasileira, notadamente a desigualdade social, representou ampliação do campo de trabalho das(os) psicólogas(os).

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde

Curso de Psicologia

Núcleo 3.3 – A Psicologia nas Políticas Públicas: referências e práticas

Isso trouxe desafios que demandaram dedicação da psicologia, a fim de propor novas práticas, produzir novos conhecimentos e contribuir com a construção de sistemas de proteção social. Ao mesmo tempo que se ampliaram, em número e diversidade de áreas, os postos de trabalho para psicólogos(as) nas políticas públicas, impôs-se também uma presença qualificada e crítica de profissionais diversos, inclusive o(a) psicólogo(a), para que se alcançasse a garantia dos direitos sociais e o fortalecimento dos sistemas de proteção social no nosso país. A partir de 2016 o que se viu no Brasil foi um caminho de revés nessa perspectiva, com o avanço das perspectivas mercantis que solapam o espaço público e impõem inúmeras dificuldades e impedimentos para o avanço de um projeto social voltado à garantia de direitos. Foram seis anos de desconstrução dos sistemas de políticas públicas que vinham com essa perspectiva, os quais ainda estavam em processo de disputa e desenvolvimento, mas sofreram, nesses últimos anos, alterações na direção do desmonte e do fortalecimento dos interesses mercantis. A partir de 2023, com o novo governo federal, abrem-se perspectivas de retomada do processo anterior, entretanto com novos desafios. A necessidade de enfrentamento das graves questões sociais tornou-se mais urgente, com o aprofundamento da desigualdade, a perpetuação do racismo, o reaparecimento da fome e insegurança alimentar em grande escala, as novas manifestações da violência. Desafios que convocam a Psicologia a continuar dando sua contribuição. Mesmo porque os espaços de atuação profissional, que continuaram existindo, devem voltar a se ampliar. Como categoria profissional e em nossas experiências de estágio, contribuimos com o processo de resistência ao desmonte e desconstrução de políticas públicas sociais. Nesta conjuntura, cabe contribuir com a reconstrução e inovação. Tarefa para as profissionais da psicologia e para a formação. A atual conjuntura reafirma a necessidade de defender a garantia de direitos e de encontrar formas cada vez mais efetivas de garanti-los, o que requer uma abordagem crítica do campo, composta com leituras da psicologia, articuladas a leituras de outras áreas.

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde

Curso de Psicologia

Núcleo 3.3 – A Psicologia nas Políticas Públicas: referências e práticas

No caso do currículo da PUC/SP, embora esse tema já esteja presente, de alguma forma, em outros espaços do curso, entendemos que uma proposta que permita uma discussão mais ampla e sistemática do campo das políticas públicas e seus desafios constantemente postos e repostos representa uma contribuição importante para a formação dos futuros profissionais.

Nesta proposta, o aluno atuará utilizando os conhecimentos da psicologia sócio-histórica, que embasa as práticas de estágio oferecidas. Aprofundará e utilizará conhecimentos da abordagem, em especial os conhecimentos oriundos da psicologia social sócio-histórica, e também de outras abordagens que orientam sua leitura na perspectiva da desnaturalização do fenômeno psicológico, como contribuições para a compreensão do campo das políticas públicas e das possibilidades de atuação a partir da psicologia.

A experiência acumulada nos últimos 11 anos em que o núcleo foi oferecido corrobora essa necessidade e a possibilidade de desenvolver atividades de estágio junto a serviços ligados aos sistemas de garantia de direitos, de forma articulada com o debate teórico que fundamenta a prática e a crítica nesse campo.

Relação do Núcleo com a Formação até o 4º ano:

Após passar pelos quatro núcleos no 4º ano, o aluno terá aqui a possibilidade de avançar na compreensão dos diferentes campos de atuação do psicólogo em políticas públicas. Até o 4º ano o aluno teve contato com esses campos e/ou atuou neles, por meio de estágios, mas sem necessariamente ter a possibilidade de aprofundar a compreensão da relação da sua prática como profissional nas diferentes instituições com a constituição do campo de políticas públicas no qual a mesma se insere. Neste núcleo ele terá a oportunidade de aprofundar o conhecimento das políticas públicas sociais e das formas de atuação possíveis com a leitura da psicologia, reconhecendo possibilidades, limites e lacunas e fazendo propostas de intervenção em relação a isso. Essas propostas representarão intervenções de maior complexidade do que as realizadas nos 3º e 4º anos.

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde

Curso de Psicologia

Núcleo 3.3 – A Psicologia nas Políticas Públicas: referências e práticas

Relação com a Ênfase:

Garante-se a relação com a ênfase Psicologia e Políticas Públicas ao se propor a discussão de aspectos estruturais e operacionais das políticas sociais em diferentes áreas (saúde, educação, assistência social, direitos humanos), numa perspectiva intersetorial (garantida pelo desenvolvimento de projetos de intervenção que articulam diferentes pontos da rede de serviços públicos); a análise e discussão de dispositivos, elementos e procedimentos próprios do campo; e intervenções em programas decorrentes das macro-políticas, onde os aspectos discutidos se mostram presentes. As intervenções estão propostas de forma a contemplar a participação da Psicologia nos espaços de formulação, execução, monitoramento e avaliação de programas e serviços em políticas públicas sociais.

Objetivos do Núcleo:

Geral

Formar para atuação no campo das políticas públicas dirigidas ao atendimento dos direitos sociais, nos diversos níveis de intervenção: formulação de políticas, desenvolvimento de programas, planejamento, monitoramento e avaliação, atuação direta, controle social.

Específicos

- a) Identificar e conhecer as macro-políticas e legislação pertinente nas áreas de saúde, educação, assistência social, direitos humanos e outras.
- b) Identificar demandas da população e as políticas e programas existentes para atendê-las.
- c) Analisar criticamente as políticas e os programas existentes, identificando lacunas, possibilidades e limites.

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde

Curso de Psicologia

Núcleo 3.3 - A Psicologia nas Políticas Públicas: referências e práticas

- d) Identificar aspectos conjunturais que limitam e apresentam desafios à implementação das políticas públicas de garantia de direitos sociais e à atuação profissional e identificar e propor alternativas de intervenção
- e) Identificar e analisar a atuação da Psicologia nos diferentes campos e níveis das políticas.
- f) Identificar a dimensão subjetiva dos fenômenos sociais presentes nesses campos como aspecto importante a ser considerado na construção e desenvolvimento de políticas, programas e serviços.
- g) Propor, planejar, executar e avaliar intervenções, no campo das políticas públicas sociais, a partir das contribuições da Psicologia Sócio- histórica e/ou de perspectivas que considerem a historicidade.

Descrição do Processo de Auto-avaliação do Núcleo:

- A equipe responsável pelo núcleo fará reuniões regularmente para acompanhar o desenvolvimento das atividades e garantir sua articulação. Fará também essa discussão junto aos alunos.
- Ao final de cada semestre, cada disciplina desenvolverá processo de avaliação do trabalho desenvolvido. Na supervisão de estágio também será feita avaliação do processo desenvolvido, além de uma avaliação da contribuição das disciplinas para o desenvolvimento do estágio.
- Uma das atividades que compõem o conjunto de ações realizadas pelo núcleo são os fóruns de discussão dos estágios, que ocorrem duas ou três vezes em cada semestre. Eles configuram também uma oportunidade de avaliação do trabalho do núcleo de maneira mais processual.
- A equipe participará de reuniões com os gestores e trabalhadores dos locais onde se realizam os estágios, a fim de avaliar a inserção das atividades do núcleo e seus resultados.

Obs.: Essas atividades foram desenvolvidas nas edições anteriores do núcleo e mostraram-se importantes como processo de avaliação contínua da experiência do núcleo.

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde

Curso de Psicologia

Núcleo 3.3 - A Psicologia nas Políticas Públicas: referências e práticas

Notadamente os fóruns realizados em aulas do núcleo, em que o debate do andamento dos trabalhos é desenvolvido por todo o grupo de professores e alunos do núcleo; e as reuniões com os trabalhadores dos serviços, têm sido fundamentais para que o desenvolvimento dos trabalhos possa ser avaliado e, se necessário, revisto de forma processual e contínua.

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde

Curso de Psicologia

Núcleo 3.3 – A Psicologia nas Políticas Públicas: referências e práticas

Programa 1: Políticas Públicas Sociais

Professora: Ana Mercês Bahia Bock

Nº créditos: 02

Ementa:

Estudo das macro-políticas em diferentes áreas, das principais legislações pertinentes e de programas em políticas públicas sociais, bem como dos mecanismos de controle social e participação. Estudo das noções de Estado, direitos, políticas sociais, políticas públicas e mecanismos de gestão. Análise da relação Psicologia e Políticas Públicas.

Objetivos:

- Caracterizar os aspectos estruturais e os mecanismos operacionais das macropolíticas
- Caracterizar os principais programas e dispositivos das políticas públicas de diferentes áreas e os princípios de organização da rede intersetorial.
- Analisar a relação entre demandas, direitos sociais e serviços desenvolvidos em programas de diferentes áreas de políticas públicas.
- Analisar criticamente o alcance e limite das políticas públicas na direção da promoção de direitos sociais
- Refletir sobre os desafios atuais no campo das políticas brasileiras
- Analisar criticamente diferentes concepções de financiamento, gestão e organização das políticas públicas sociais e suas implicações para a garantia de direitos.
- Exercitar a leitura psicológica desses aspectos e identificar espaços de atuação do psicólogo

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde

Curso de Psicologia

Núcleo 3.3 - A Psicologia nas Políticas Públicas: referências e práticas

Conteúdo Programático:

- 1) Noções de Estado; direitos sociais; políticas sociais e políticas públicas
 - a. O Estado do Bem Estar Social
 - b. Desigualdade social e os ajustes neoliberais
- 2) Noções de financiamento público e orçamento
- 3) Noções de administração pública.
- 4) Os grandes sistemas de políticas públicas sociais e os sistemas de proteção social (SUS, SUAS, SGDCA, PNDH, Políticas para Juventude e de Promoção da Igualdade Racial, Segurança Pública); marcos legais e políticos
- 5) Princípios das políticas públicas sociais
- 6) Redes e Serviços que compõem cada política pública e a intersetorialidade
- 7) Modelos de gestão: sistemas de administração direta; sistemas terceirizados; a participação de organizações sociais
- 8) Estudo dos mecanismos de controle social e participação.
- 9) Psicologia e Políticas Públicas

Formas de avaliação:

- Seminários em grupo
- Trabalho individual final

Bibliografia Básica

NOGUEIRA, Marco Aurélio - Em Defesa da Política. 2 ed. São Paulo: Senac, 2004

SINGER, Paul - A cidadania para todos. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla B. (orgs.) – Historia da cidadania. São Paulo: Contexto, 2003, p. 191-264

SADER, Emir(org.) – Se é público é para todos. Rio de Janeiro: UERJ/LPP, 2018.

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde
Curso de Psicologia
Núcleo 3.3 – A Psicologia nas Políticas Públicas: referências e práticas

Bibliografia Complementar:

ARRETCHE, Marta. – Trajetórias das desigualdades – como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. São Paulo: UNESP/CEM, 2015.

JACCOUD, L; BICHIR, R; MESQUITA, Ana C. - O SUAS na proteção social brasileira: transformações recentes e perspectivas. Novos Estudos CEBRAP, SP. v.36, n.02, p. 37-53, julho/2017.

KALICHMAN, Artur O.; AYRES, José Ricardo C.M. - Integralidade e tecnologias de atenção à saúde: uma narrativa sobre contribuições conceituais à construção do princípio da integralidade no SUS. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 32, n.8, ago, 2016, p. 1-13.

MIGUEL, Luís Felipe – Democracia e sociedade de classes. Revista Brasileira de Ciência Política, nº9. Brasília, setembro - dezembro de 2012, pp. 93-117.

TEIXEIRA, Rafael V. – Uma crítica da concepção de política social do Banco Mundial na cena contemporânea. Serviço Social, São Paulo, n.104, p.650-680, out/dez 2010.

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde

Curso de Psicologia

Núcleo 3.3 – A Psicologia nas Políticas Públicas: referências e práticas

Programa 2: Sócio-histórica: Fundamentos

Professora: Maria da Graça Marchina Gonçalves

Nº créditos: 03

Ementa:

Estudo de noções teóricas da psicologia sócio-histórica que se aplicam à compreensão da dimensão subjetiva dos fenômenos sociais presentes no campo de intervenção em políticas públicas. Diálogo da psicologia sócio-histórica com outras perspectivas desnaturalizantes.

Objetivos:

- Aprofundar o conhecimento a respeito dos fundamentos e categorias da psicologia sócio-histórica
- Caracterizar e analisar criticamente conceitos próprios do campo das políticas públicas a partir da noção de historicidade e das contribuições da perspectiva sócio-histórica
- Identificar e analisar fenômenos sociais presentes no campo das políticas públicas em sua dimensão subjetiva

Conteúdo Programático:

1. Aspectos históricos da presença da Psicologia no campo das políticas públicas

- A presença e a ausência da psicologia nas políticas públicas
- Características e desafios da atuação no campo das políticas públicas

2. Fundamentos, categorias e conceitos da perspectiva sócio-histórica

- Fundamentos epistemológicos, teóricos e metodológicos
- Historicidade; sujeito e subjetividade
- Dimensão subjetiva da realidade
- Consciência e Alienação. Ideologia.

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde

Curso de Psicologia

Núcleo 3.3 – A Psicologia nas Políticas Públicas: referências e práticas

– Significados e sentidos.

3. Temas de referência; fundamentos para a intervenção

- a) Temas fundamentais à luz da perspectiva sócio-histórica: família e novas configurações de família; o processo de desenvolvimento; racismo e racismo estrutural; violência
- b) Normal e Patológico; a dialética saúde-doença; crítica à patologização dos fenômenos
- c) Comunidades e vínculos comunitários
- d) Movimentos sociais e participação
- e) Tecnologias de Intervenção; as noções de tecnologia social e tecnologias leves; as diferentes racionalidades na relação entre conhecimento e prática.
- f) Consciência e alienação / cidadania e o cotidiano - enfrentando as contradições: o profissional, o usuário, o cidadão, a população.
- g) Políticas públicas e transformação social – limites e possibilidades.

4. Conceitos próprios do campo das políticas públicas, abordados a partir de uma leitura da psicologia, pela ótica dos Direitos Humanos, com base na noção de historicidade:

- a) Humanização
- b) Vulnerabilidade e risco; exclusão-inclusão; desigualdade social
- c) Desenvolvimento de autonomia e protagonismo; participação.
- d) Movimentos sociais
- e) Promoção de saúde
- f) A noção de Cuidado
- g) Clínica, clínica ampliada, clínica social
- h) As noções de socioeducativo e psicossocial
- i) A noção de acolhimento
- j) Desinstitucionalização. Dispositivos antimanicomiais
- k) Redução de danos
- l) Itinerários terapêuticos
- m) Matriciamento

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde
Curso de Psicologia
Núcleo 3.3 – A Psicologia nas Políticas Públicas: referências e práticas

Formas de Avaliação:

Trabalho individual ao final de cada unidade

Bibliografia Básica

BOCK, Ana M. B.; GONÇALVES, M. Graça M.; ROSA, Elisa Z. (orgs.) – Dimensão subjetiva da realidade – uma proposta para uma leitura crítica em psicologia (e-book). São Paulo: Cortez, 2020.

FURTADO, Odair et al. - A Psicologia Sócio-Histórica e os fenômenos estruturantes na sociedade capitalista neoliberal. In BOCK, Ana M.B. et al – Psicologia sócio-histórica – contribuições à leitura de questões sociais. São Paulo: ECUC, 2022, p. 21-44 (cap. 1)

GONÇALVES, M. Graça M.; ROSA, Elisa z. – Direitos sociais e políticas públicas – contribuições da Psicologia sócio-histórica para um projeto de sociedade. In AGUIAR, Wanda et al. Psicologia sócio-histórica – contribuições à leitura de fenômenos sociais. São Paulo: EDUC, 2022, p. 63-80.

Bibliografia Complementar

AYRES, José Ricardo; CASTELLANOS, Marcelo E.P.; BAPTISTA, Tatiana W.F. – Entrevista com José Ricardo Ayres. Saúde e Sociedade, São Paulo. v.27, n.12018, p. 51-60.

GONÇALVES, M. Graça M. - Psicologia, Subjetividade e Políticas Públicas São Paulo: Cortez, 2010. Coleção Construindo o Compromisso Social da Psicologia.

MERHY, Emerson E.; FEUERWERKER, Laura C.M. – Novo olhar sobre as tecnologias de saúde: uma necessidade contemporânea. In MERHY, Emerson et al. (orgs.) – Avaliação compartilhada do cuidado em saúde – surpreendendo o instituído nas redes. Rio de Janeiro: Hexis, 2016, p. 59-71.

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde
Curso de Psicologia
Núcleo 3.3 - A Psicologia nas Políticas Públicas: referências e práticas

ROSA, Elisa Z.; SANDRIN, Guilherme A. - Saúde Mental na sociedade brasileira atual: uma leitura a partir da Psicologia Sócio-histórica in

AGUIAR, Wanda et al. Psicologia sócio-histórica – contribuições à leitura de fenômenos sociais. São Paulo: EDUC, 2022, P. 231-254.

SERRA, Ordep; VOLPINI, Lorena – Considerações sobre a violência fria. Caderno CRH, Salvador. v. 29, n. 76, 2016, p. 119-131.

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde

Curso de Psicologia

Núcleo 3.3 – A Psicologia nas Políticas Públicas: referências e práticas

Programa 3: Ferramentas de intervenção

Professora:

Nº créditos: 02

Ementa:

Estudo e utilização de ferramentas de intervenção psicossocial que associem os conhecimentos da Psicologia com o campo das políticas públicas.

Objetivos:

- Identificar diferentes ferramentas de intervenção psicossocial e sua adequação ao campo das políticas públicas
- Identificar a articulação dessas ferramentas de intervenção com as leituras da psicologia sócio-histórica
- Analisar as possibilidades de utilização das ferramentas a partir de referências da Psicologia
- Relacionar as ferramentas com situações concretas de intervenção, analisando suas possibilidades e limites

Conteúdo Programático:

1. Georreferenciamento, Território, Redes, intersectorialidade;
2. Construção de mapas afetivos; de ecomapas e genogramas;
3. Equipes de referência e matriciamento, elaboração de Projeto Terapêutico Singular;
4. Protocolos de violência e de saúde do trabalhador;
5. Protocolos e debates sobre desigualdade social, racismo, relações de gênero, diversidade sexual;
6. Clínica ampliada e matriciamento;
7. Assistência Social: o Cadastro Único e o Cadastro Único para pessoas em situação de rua;

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde

Curso de Psicologia

Núcleo 3.3 - A Psicologia nas Políticas Públicas: referências e práticas

8. Plano Individual de Atendimento e as medidas socioeducativas com adolescentes;
9. Rodas de conversas; oficinas; grupos focais;
10. Aplicativos e redes sociais no controle das políticas públicas;
11. Vínculo: uma ferramenta fundamental. O manejo das relações vinculares.

Obs. Serão trabalhados concomitantemente os conceitos, as ferramentas e o desenvolvimento de práticas.

Formas de Avaliação:

- Participação nos exercícios práticos
- Participação nos fóruns de debates
- Sínteses individuais mensais (a partir dos fóruns)
- Trabalho individual final

Bibliografia Básica

ROSA, Elisa Z. Por uma reforma psiquiátrica antimanicomial: o papel estratégico da atenção básica para um projeto de transformação social. São Paulo: PUC-SP, doutorado em psicologia social, 2016.

SILVA, Marcus V.O. – In-tensa. Ex-tensa/ Universidade Federal da Bahia. Departamento de Psicologia, PIC – Programa de Intensificação de Cuidados a Pacientes Psicóticos. Ano I, n.1 (2007). Salvador, BA: UFBA, FFCH, 207

VINCENTIN, Maria Cristina G. e outras (org.). Saúde Mental, reabilitação e atenção básica: encontros entre universidade e serviços de saúde. São Paulo: Projeto Pró-Saúde/PET-Saúde e Fundação São Paulo. 2016.

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde
Curso de Psicologia
Núcleo 3.3 – A Psicologia nas Políticas Públicas: referências e práticas

Bibliografia Complementar

BEATO, Mônica S. de F. A psicologia e o trabalho no CRAS. Belo Horizonte: CRP-MG e CREPOP-MG, 2011.

FUCHS, Andréa M.S.L, Teixeira, Maria de Lourdes T. e Mezêncio, Márcia de S. Plano Individual de Atendimento. Modulo VII da Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDH). Brasília. Centro de Estudos Avançados de Governo e Administração Pública – CEAG/Universidade de Brasília. 2015.

GERHARDT, Tatiana E. Itinerários terapêuticos em situações de pobreza: diversidade e pluralidade. Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, vol. 22, n.11, nov., 2006, pp. 2449-2463.

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social. Cadastro Único para programas sociais: Formulário Principal de Cadastramento. MDS, 2015.

SILVA, Sílvia M. Redução de Danos: estratégia de cuidado com populações vulneráveis na cidade de Santo André – SP. Saúde e Sociedade, v.18, supl.2, 2009.

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde

Curso de Psicologia

Núcleo 3.3 – A Psicologia nas Políticas Públicas: referências e práticas

Estágio Supervisionado

Professores:

Elisa Zaneratto Rosa

José Agnaldo Gomes

Marilda Pierro de Oliveira Ribeiro

Pedro Henrique Marinho Carneiro

Renata Paparelli

Ementa:

O aluno deverá passar por diferentes níveis de intervenção em políticas públicas, desde o nível da formulação e/ou gestão de programas, até o atendimento direto e os mecanismos de controle social por meio da participação popular; deverá haver essa multiplicidade de ações entre os alunos do grupo de supervisão, de forma que todos possam acompanhar a execução da política em diferentes níveis.

As trocas e aprofundamento - das atividades desenvolvidas nos diferentes locais e níveis de intervenção do estágio- serão realizadas em **fóruns de discussão**, que ocorrerão duas ou três vezes em cada semestre.

Objetivos:

O estágio visa: Formar psicólogos para atuação no campo das políticas públicas dirigidas ao atendimento dos direitos sociais, nos diversos níveis de intervenção (formulação de políticas, desenvolvimento de programas, planejamento e avaliação, atuação direta, controle social). Para isso, as atividades a serem desenvolvidas pelos estagiários têm por objetivos:

- 1) Caracterizar a situação e analisar sua relação com o campo geral das políticas públicas em foco (podendo ser a situação qualquer dos níveis de intervenção, desde contextos de formulação de políticas até o atendimento direto da população)

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde

Curso de Psicologia

Núcleo 3.3 - A Psicologia nas Políticas Públicas: referências e práticas

- 2) Identificar as demandas de atendimento da população e as políticas, programas e ações que atenderiam a essas demandas
- 3) Identificar a dimensão subjetiva (aspectos da subjetividade) envolvida nas demandas
- 4) Planejar, executar e avaliar intervenções pertinentes ao campo da Psicologia
- 5) Compor com os gestores e trabalhadores formas participativas na organização das atividades desenvolvidas no estágio, com o propósito de constituir condições favoráveis de realização do processo de trabalho.

Atividades previstas para os alunos:

Os alunos desenvolverão suas atividades a partir de Projetos elaborados de forma articulada com os serviços locais de saúde, educação, assistência social, cultura, entre outros (descritos a seguir), buscando, a partir dessa inserção, a articulação com a rede intersetorial. Para isso deverão:

- 1) Saber ler e analisar dados de georreferenciamento e caracterização do território onde o serviço está inserido;
- 2) Identificar, a partir de mapeamentos e indicadores existentes (DATASUS, MONITORAIDS, Índice de Homicídio na Adolescência – IHA, Mapa da Violência, entre outros), aspectos da dimensão subjetiva;
- 3) Fazer contatos com gestores de políticas públicas e responsáveis por programas; participar de reuniões, fóruns, seminários; acompanhar equipes diversas: equipes da ESF, equipes do CRAS e rede socioassistencial, equipe do Centro de Referência da Mulher (CRM) e rede de enfrentamento a violência contra as mulheres, entre outras.
- 4) Fazer levantamento de equipamentos públicos onde se executam políticas sociais diversas, a fim de articular ações de várias áreas, em uma perspectiva intersetorial;
- 5) Propor, realizar e avaliar intervenções específicas para cada campo e situação, a partir de leituras teóricas e de práticas da psicologia.

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde
Curso de Psicologia
Núcleo 3.3 - A Psicologia nas Políticas Públicas: referências e práticas

Formas de Avaliação:

- Presença regular no local de estágio
- Presença e participação na supervisão
- Relatórios regulares das atividades de estágio
- Relatório final de estágio

Instituições e Clientela:

Vale informar, inicialmente, que as propostas de estágio apresentadas se referem a desdobramentos dos estágios realizados nas edições anteriores do Núcleo (inclusive em 2023), configurando-se em parceria com os gestores e trabalhadores dos locais onde acontecem as atividades. Os projetos propostos são formulados a partir das demandas identificadas pelo Núcleo, apresentadas pelos serviços e contempladas nos objetivos das atividades.

Locais de estágio e atuação:

Os estágios do Núcleo estão concentrados na região da Vila Brasilândia, abarcando várias áreas.

- a) Secretaria Municipal de Saúde - Serviços ligados à política de Saúde – inserção no território a partir de participação em UBSs e, a partir dessa inserção, em outros equipamentos ou dispositivos de organização dos serviços de saúde da Supervisão Técnica da FÓ/ Brasilândia, prioritariamente da Atenção Básica em Saúde. Estes Serviços/instituições vinculam-se às políticas de Saúde - da Divisão Norte da SMS/SP
- b) Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – atuação junto aos CRASs (Centro de Referência de Assistência Social) da região.
- c) Equipamentos e serviços de outras áreas, na região, a partir de articulações desenvolvidas por meio dos projetos (por exemplo, CCA, CJ). Serão

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde

Curso de Psicologia

Núcleo 3.3 – A Psicologia nas Políticas Públicas: referências e práticas

incluindo serviços que se mostrarem necessários, a partir do desenvolvimento dos projetos.

d) Escolas públicas da região ou outros serviços da estrutura responsável por políticas educacionais.

Organização do estágio:

O estágio será organizado em grupos de supervisão, responsáveis por grandes **Projetos de Intervenção**, que se articulam considerando o território onde ocorre a atuação. Os projetos serão sempre definidos de forma articulada com os serviços e com os estágios e outras ações da Universidade já desenvolvidas na região. Temos como ponto de partida:

1. Local de estágio: Unidades Básicas de Saúde (UBSs) da Brasilândia– que envolverá dois ou três grupos de supervisão, desenvolvendo:

- a) Mapeamento das ações em saúde na atenção básica a partir da atuação das equipes de saúde da família e multidisciplinares
- b) Participação em reuniões de equipe, grupos e atendimentos/visitas domiciliares, a partir das estratégias implementadas na articulação com as UBSs
- c) Desenvolvimento de projetos estratégicos voltados à qualificação dos processos de matriciamento, a partir de necessidades identificadas no território e das demandas e pactuações construídas com as equipes
- d) Contribuição por meio de devolutivas processuais, em reuniões das equipes de ESF e gerências das UBS envolvidas.

2. Local de estágio: Centros de Referência de Assistência Social (CRAS): CRAS Brasilândia I, CRAS Brasilândia II, CRAS Brasilândia III, envolverá um grupo de supervisão.

Presença semanal dos estagiários nas Unidades de Proteção Social com a finalidade de compor com a equipe de trabalhadores dos equipamentos para o processo de execução e organização dos serviços de Proteção Social Básica.

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde

Curso de Psicologia

Núcleo 3.3 – A Psicologia nas Políticas Públicas: referências e práticas

Referenciados pela administração direta, os estagiários realizarão também ações nos equipamentos conveniados da proteção básica localizados no território da Brasilândia, como CCA (Centro para Crianças e Adolescentes) e NCI (Núcleo de Convivência do Idoso). As ações desenvolvidas nesses dispositivos da proteção básica permitem aos estagiários se apropriarem do cotidiano de trabalho dos trabalhadores, da execução da política social, das demandas do território, dos indivíduos e famílias, bem como das situações de vulnerabilidade no território. Metodologicamente essa inserção acontecerá pela participação dos estagiários nos fluxos de trabalho e vivência na cotidianidade do dispositivo de proteção. Prevê-se a atuação dos estagiários, junto com as equipes de trabalho, nas ações coletivas da Assistência Social com proposições da psicologia social e numa perspectiva multiprofissional.

3. Local de estágio: escolas de diferentes níveis de ensino (CEIs, EMEFs, EJAs), órgãos implementadores das políticas educacionais do município, serviços voltados à implementação de políticas para o público-alvo da Educação Especial, ou políticas/serviços voltados à formação de professores ou apoio ao processo de aprendizagem como o NAAPA.

Envolverá um grupo de supervisão, cujas ações previstas são:

- 1) Mapeamento e análise das demandas da unidade escolar relativas à consecução das metas contidas em seus PPC.
- 2) Participação junto a gestores/professores da unidade escolar ou de gestores implementadores das políticas educacionais do município para elaboração de ações voltadas ao atendimento das demandas.
- 3) Contribuição nas articulações em rede visando ações intersetoriais (área da Saúde e da Assistência Social)